



EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA INTERNACIONAL

BRAZILIAN PROFESSIONAL EDUCATION: AN ANALYSIS FROM THE INTERNATIONAL PERSPECTIVE

¹Manuella Barros Paniago.
²Azenaide Abreu Soares Vieira.

¹Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: manuella.paniago@ifms.edu.br

²Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: azenaide.vieira@ifms.edu.br

*Manuella Paniago

Artigo submetido em 04/02/2021, aceito em 13/04/2021 e publicado em 31/08/2022.

Resumo: Neste artigo apresenta-se diferentes experiências de educação profissional pelo mundo, por meio da descrição dos sistemas brasileiro, finlandês e alemão, e realiza um intercâmbio de ideias acerca de suas semelhanças e diferenças, a fim de enriquecer os debates sobre distintos percursos formativos e gerar reflexões em torno da dicotomia entre ensino técnico e ensino humano, presente nos sistemas de educação profissional. A metodologia utiliza de pesquisa documental e bibliográfica acerca de formação integrada e ensino profissional, e são discutidas as dualidades estruturais e as barreiras à concretização da educação integral. A partir das análises propostas é possível concluir que não há um padrão adequado de formação profissional, posto que cada experiência é influenciada por questões econômicas e sócio-históricas, e esse tipo de educação deve sempre conduzir à formação humana e priorizar as necessidades sociais, e não mercadológicas.

Palavras-chave: Dualidade formativa; educação finlandesa; educação vocacional alemã.

Abstract: This article, through the description of the Brazilian, Finnish and German systems, presents different experiences of vocational education around the world and exchanges ideas about their similarities and differences, in order to enrich the debates on different training paths and to offer reflections on the dichotomy between technical and human education that exists in vocational education systems. The methodology is based on documentary and bibliographic research on integrated education and vocational education and it discusses the structural dualities and the obstacles to the realization of integral education. The proposed analyzes suggest that there is no adequate standard for the vocational education, since every experience is influenced by economic and socio-historical aspects, and this type of education should always lead to human formation and give priority to social rather than market needs.

Keywords: formative duality; finnish Education; german vocational education.

1 INTRODUÇÃO

Educação Profissional ou *Vocational Education and Training*, como é denominada internacionalmente, refere-se à qualificação profissional de jovens em vias de formação

acadêmica, para posterior inserção e atuação destes no mundo do trabalho. No entanto, esse significado adquire peculiaridades consoante às diversas realidades sociais dos países.

A educação profissional possui fundamentos na escola unitária de *Gramsci* que preconizava a integração entre saberes científicos e práticos com vistas a proporcionar ao estudante uma formação humana e superar a educação propedêutica e enciclopedista, a qual fragmenta o conhecimento e, conseqüentemente, a própria visão de mundo dos sujeitos (MOURA, 2013). Contudo, apesar desse ideário, é possível encontrar no cenário internacional atual diversas experiências de oferta de ensino profissional, sob variadas propostas pedagógicas e com distintos percursos formativos.

Em alguns países, a trajetória formativa é caracterizada pela dualidade estrutural, um direcionado para formação técnica e atendimento das necessidades do mercado de trabalho, e outro voltado para formação geral universitária. Nesse sentido, ao considerar a oferta de ensino profissional brasileiro, percebe-se diferentes estruturas e finalidades entre o sistema de ensino público e privado, sendo o primeiro direcionado para oferta de ensino integrado e o segundo focado em qualificação profissional.

Sob tal contexto, nesse estudo buscou-se trazer um panorama da formação profissional na perspectiva nacional e internacional, e apresentar um intercâmbio de ideias com as mais significativas semelhanças e diferenças presentes nesses cenários, sem desconsiderar os níveis de desenvolvimento econômico e social em cada contexto e os fatores histórico-culturais. Para tal, são tomados por modelos de análise, o sistema de educação profissional brasileira e alguns dos sistemas de ensino profissional de grande destaque no cenário internacional, sendo o finlandês e o alemão.

Além disso, fez-se uma reflexão, em forma de análise crítica quanto à dualidade dos sistemas de ensino vocacionais e os desafios de implementação da formação integral diante de um cenário internacional baseado na produção de capital e na segmentação econômico-social.

2 PROCESSOS METODOLÓGICOS

A metodologia de construção desse estudo ocorreu por meio de pesquisa documental e bibliográfica, e por meio de revisão de literatura em artigos científicos e produções literárias acerca da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), e referentes às relevantes experiências internacionais, no que tange à implementação de sistemas de ensino profissional.

A partir dessas abordagens, primeiramente é apresentado, em linhas gerais, um panorama da formação profissional pelo mundo e, na sequência são detalhados os sistemas de ensino profissional adotados: no Brasil, desde sua origem até a sua sistematização em uma rede federal; na Finlândia, baseado no modelo de cooperação e no método de desenvolvimento de competências; e na Alemanha, onde é adotado um sistema dual de ensino.

Por fim, foram realizadas discussões acerca das mais significativas semelhanças e diferenças dos sistemas analisados, incluindo os desafios de implementação de uma educação integrada.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 FORMAÇÃO PROFISSIONAL PELO MUNDO

O ensino profissional ou vocacional é promovido em cada país de acordo com o histórico do sistema produtivo destes e conforme cada realidade social, portanto não há um modelo padrão de formação profissional. Tais especificidades e a abrangência do sistema mundial tornam inviável a

análise de cada caso, no entanto é possível apresentar as similaridades e assimetrias mais significativas presentes nesse tipo de formação.

De acordo com Souza (2019), os moldes da oferta de educação profissional variam conforme o arranjo econômico e institucional de cada nação. Nesse sentido, nos países que possuem uma economia liberal, onde o mercado é flexível às variações econômicas mundiais, pouco regulado pelo Estado, caracterizado pela competitividade e pela livre concorrência entre as instituições internas, a formação profissional tende a ser mais genérica, integrada à acadêmica e ofertada por entidades formais de ensino. Portanto, nesses casos o ensino integrado permite ao estudante migrar entre os dois percursos formativos, o técnico e o geral, como ocorre nos Estados Unidos, no Canadá, na Áustria e na Inglaterra.

Em um panorama diverso, a autora demonstra que em países constituídos por uma economia de mercado coordenado, ou seja, onde as instituições públicas e privadas possuem um regime de dependência e colaboração recíproca, a empregabilidade é mais garantida devido à solidez do mercado e à forte atuação sindical, nesses casos, a educação profissional é proporcionada de maneira bem especializada e desarticulada do ensino acadêmico. Souza (2019) menciona também, que nesses países geralmente existem dois percursos formativos opostos e bem definidos, e os estudantes são direcionados, ao final do ensino primário, para trilharem um dos percursos, conforme suas habilidades e competências.

De acordo com as análises de Delgado (2008), o exemplo mais emblemático desse tipo de estrutura é o da Alemanha, a qual possui forte credibilidade mercadológica para investimentos em qualificação profissional, devido à boa reputação de suas instituições e à engajada participação das associações patronais. Exemplos de economias similares são a Suécia, Dinamarca, Noruega e Japão, preservadas as respectivas particularidades.

A partir dessas diferenças estruturais, Souza (2019) descreve que nos países de economia de mercado coordenado, embora o sistema educacional seja marcado pela incontestável dualidade entre profissionalização e formação geral, o foco reside no preparo dos jovens para o ingresso no mercado de trabalho, como alternativa de acesso ao ensino superior. Enquanto nas economias de mercado liberal, o ensino profissional articulado ao acadêmico possui um viés formativo genérico, e proporciona saberes básicos e mínimos como requisito de acesso ao emprego.

É válido mencionar a experiência latino-americana de formação profissional, a qual, Souza (2019) demonstra que historicamente a dicotomia formativa entre ensino geral e profissional também prevaleceu em países latinos, de forma que até o ensino técnico foi estruturado de maneira fragmentada. Contudo, a partir da década de 1990, muitos países da América Latina realizaram reformas educacionais e integraram o ensino profissional ao regular. Este fato decorreu das tendências mercadológicas desencadeadas pela globalização à época, e pelo interesse dos Estados latino-americanos em qualificar sua massa trabalhadora e modernizar seus setores produtivos, a fim de tornar suas economias competitivas e obter projeção internacional.

No que tange ao processo histórico da formação profissional no sistema internacional, a autora aponta uma evolução nas últimas décadas do século XX por meio de dois modelos: o primeiro, Vertical, correspondente a oferta de cursos meramente tecnicistas e instrucionais, desvinculados dos saberes teóricos e transmitidos por escolas técnicas, sem pretensão de verticalização curricular, similar à profissionalização promovida pelas entidades empresariais brasileiras que compõem o Sistema Nacional de Aprendizagem (Sistema “S”).

O segundo modelo citado por Souza (2019), é o Paralelo, que surgiu a partir da necessidade da massificação do ensino superior e desencadeou o aparecimento de novas instituições não universitárias e promotoras de ensino profissional. Esses novos estabelecimentos educacionais

investem em pesquisa, são multidisciplinares, e possuem pluralismo curricular. Tais instituições se enquadram nos modelos dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil, dos Institutos Politécnicos em Portugal, e dos *Community Colleges* nos Estados Unidos.

Diante desta breve análise sobre os sistemas de formação profissional pelo mundo, percebe-se que independente da qualidade de ensino ofertada, há uma tendência geral de fragmentação entre os caminhos formativos, prevalecendo o interesse governamental em preparar mão-de-obra para atender às demandas da vida produtiva. Além disso, mesmo nos casos de modelos educacionais integrados, o conteúdo curricular tende a ser genérico e pautado pela flexibilização, sendo que a maior parte da oferta profissional ocorre no âmbito do ensino superior, ou posterior à educação básica, afastando-se do ideário da formação humana integral desde o ensino médio, fase final da educação básica.

3.2 SISTEMA BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

O sistema de educação profissional brasileiro é constituído na atualidade por diferentes modalidades e distintos direcionamentos, sendo fomentado por instituições públicas e privadas. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, o ensino profissional deve estar articulado ao regular e ser promovido por entidades especializadas, podendo ocorrer também no ambiente profissional. Além disso, a LDB subdivide a oferta da educação profissional em três níveis: Básico, voltado à qualificação dos trabalhadores, independente de escolaridade prévia; Técnico, referente à habilitação profissional para os estudantes de nível Médio; e Tecnológico, correspondente à formação universitária (BRASIL, 1996).

No âmbito da iniciativa privada, a formação profissional possui um viés mercadológico e tecnicista, sendo oferecida por escolas técnicas e entidades empresariais de treinamento profissional pertencentes ao Sistema “S”. Esse tipo de formação prioriza o repasse de conhecimentos práticos em detrimento da formação teórica, e está direcionado ao preparo dos jovens para o atendimento das necessidades do mercado de trabalho. Tal formação, definida como profissionalizante, tem início no nível aprendiz, no qual o estudante, a partir de 14 anos é inserido no ambiente de trabalho para adquirir conhecimentos práticos de forma progressiva, e sob a responsabilidade de entidades jurídicas de direito privado, financiadas parcialmente por recursos públicos (ARAÚJO, 2008).

Além do nível inicial, as instituições profissionalizantes ofertam formação inicial e continuada, e profissional de nível médio, voltadas à qualificação do jovem em vias de formação escolar, e descompromissada com a formação para acesso universitário, atuando em regime de colaboração com o Estado, na oferta de serviços não exclusivos a este, e que garantam o direito à profissionalização do adolescente.

Sob perspectiva diferente, o sistema público brasileiro de educação profissional está institucionalizado em Rede, a qual é composta por instituições que ofertam o ensino regular integrado ao profissional sob diversos níveis e modalidades. A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) no Brasil possui características inovadoras que tornam a sua concepção de oferta de ensino exclusiva dentre os múltiplos sistemas de formação profissional pelo mundo. Essas singularidades decorrem pela sua abrangência curricular, pelo tipo de estrutura organizacional e pela pluralidade das modalidades ofertadas na Rede.

A RFEPCT foi institucionalizada em 2008, pela Lei 11.892/2008, e vinculada ao Ministério da Educação. A composição atual se configura por 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs); 2 Centros Federais de Educação Tecnológica; Universidade Tecnológica Federal do Paraná; Escolas Técnicas, vinculadas às Universidades Federais; e Colégio Pedro II, situado no Estado do Rio de Janeiro. De acordo com a Lei 11.892/2008, essas instituições, com exceção das

escolas técnicas, são consideradas juridicamente autarquias federais e ofertam cursos de educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo nos níveis superior, básico e profissional, de forma pluricurricular e *multicampi* (BRASIL, 2008).

Nesta conjuntura, os IFs são instituições especializadas na oferta de Educação Profissional e Tecnológica e promotoras da verticalização educacional, a qual permite ao estudante cursar desde o ensino médio integrado até a pós-graduação na mesma unidade acadêmica (BRASIL, 2008). Embora a sistematização da educação profissional brasileira seja recente, esta é fruto de um longo processo de consolidação e de diversas experiências, desde o século XIX, quando a oferta de educação profissional era constituída de ofícios artesanais direcionados às massas populares e totalmente desarticulada do ensino geral e propedêutico das camadas mais elevadas da sociedade (RAMOS 2014).

Durante a história da educação profissional brasileira os caminhos formativos foram caracterizados pela dicotomia entre um ensino técnico, com foco na transmissão de conhecimentos práticos, e um ensino geral, voltado para a aquisição de saberes intelectuais que promovam acesso ao meio universitário. Tal dualidade é amenizada a partir da sistematização da RFEPCT e da articulação dos cursos técnicos ao ensino geral e da integração entre as dimensões do trabalho, da ciência e da cultura.

Dessa forma, no âmbito do ensino médio, os cursos profissionais podem ocorrer de três formas: integrado, para os concluintes do ensino fundamental, na mesma instituição de ensino médio e sob matrícula única; concomitante, para estudantes do ensino médio, sob matrículas diferentes para cada curso; e subsequente, a quem já concluiu o ensino médio e deseja cursar um ensino técnico (BRASIL, 2004). Além do ensino integrado, a RFEPCT desempenha uma importante atuação no sistema educacional do país, enquanto promotora de educação profissional, científica e tecnológica e fomentadora de atividades de pesquisa científica, visando qualificar cidadãos para atuarem nos diversos ramos da economia e colaborarem com o desenvolvimento socioeconômico a nível local e nacional (BRASIL, 2008).

A experiência educacional da RFEPCT é considerada referência em âmbito nacional e internacional diante de seu ineditismo, que parte de um pressuposto próprio e busca além da instrução dos jovens, capacitá-los para que transformem o seu meio social. A Rede possui um viés humanista inclusivo que se direciona para o atendimento das necessidades das massas e contribui para a melhoria das condições sociais de seu meio social.

Dentre as características inovadoras da Rede, importa citar: a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão em articulação com a comunidade a que se relaciona, a fim de atender suas demandas locais; certificação de saberes informais decorrentes das práticas populares; verticalidade educacional; diálogo transversal entre os diferentes eixos tecnológicos, disciplinas e cursos; integração entre os saberes produtivos, teóricos, culturais, políticos, sociais; e trabalho como princípio educativo, que incorpora valores intelectuais nas habilidades produtivas (PACHECO, 2020).

3.3 SISTEMA DE ENSINO PROFISSIONAL FINLANDÊS

O sistema de ensino da Finlândia é destaque internacional e considerado modelo de desenvolvimento pelos seus excepcionais indicadores educacionais. Segundo Guimarães e King (2018), a alta qualidade do ensino finlandês está associada aos níveis de estabilidade política, econômica e sociais daquele país, bem como a priorização do investimento na qualidade do ensino. Tal padrão de desenvolvimento foi alcançado durante longo percurso histórico, principalmente no

período pós-Segunda Guerra Mundial, o qual representou uma fase de reestruturação econômica e educacional naquele país.

As autoras apontam que a reforma da educação finlandesa adotou como objetivo a universalização, a gratuidade e qualidade do ensino público, tornando este serviço um dos principais meios de transformação social, ao focar a metodologia do ensino e da aprendizagem nos estudantes, tornando-os sujeitos ativos em seu processo de aquisição do conhecimento.

O sistema educacional equitativo, acessível e horizontal finlandês é dividido em 3 níveis: educação básica, contemplando a formação escolar dos 07 anos aos 16 anos; educação secundária para os jovens na faixa etária de 16 a 19 anos, composta por 3 anos letivos; e por fim educação superior, que contempla a universidade e instituições politécnicas.

O primeiro nível proporciona aos estudantes um ensino geral, baseado em conhecimentos teóricos, e o ensino secundário pode ser cursado de duas formas, sendo a tradicional, com maior enfoque no preparo do estudante para ingresso na universidade, representando um aprofundamento da educação básica por meio de um ensino interdisciplinar entre as áreas das exatas, humanas, artes, línguas, ciências sociais e disciplinas aplicadas. O outro percurso formativo da educação secundária é o técnico-vocacional, que representa a qualificação para a vida profissional dos jovens entre 16 a 25 anos em média, podendo ser cursado também por adultos que ingressaram no mercado de trabalho antes de completar o ensino médio (MORAES, 2017).

Destaca-se no ensino secundário, especialmente no percurso ocupacional, a estrutura pedagógica e curricular baseada na integração entre as seguintes habilidades e competências: Teóricas, referentes ao “saber”; Práticas, relacionadas ao “fazer”, e *Práxis*, que representa o “ser”, proporcionando desta forma a união entre a teoria e a prática. A aprendizagem ocorre em tempo integral e além de disciplinas básicas, são ofertados conhecimentos sobre Negócios, Cultura, Tecnologia, Turismo, Meio Ambiente, Serviços Sociais, Transportes, Saúde e até mesmo afazeres domésticos, devendo o estudante, nesse tempo, cursar um estágio por pelo menos um semestre, diretamente em uma empresa do setor produtivo.

De acordo com Moraes (2017), apesar da alta demanda, tanto no percurso tradicional quanto no técnico, o ensino médio não é obrigatório na Finlândia, mas representa um caminho assertivo para acesso ao nível superior e para o preparo para a vida. Alguns aspectos fazem esse tipo de ensino ser tão requisitado pelos jovens e proporcionar excelentes resultados nas avaliações educacionais, tais como: o alto investimento de recursos públicos, a qualificação docente, sua autonomia e seu poder de gestão escolar, bem como a prática da cooperação disseminada entre os jovens e a comunidade escolar.

O método finlandês centraliza o aprendizado no aluno, e além da autonomia administrativa e de gestão do docente, o estudante também tem responsabilidade sobre o seu processo de construção do conhecimento, podendo decidir como será planejada sua trilha formativa. Tal fato decorre da democratização e descentralização do sistema educacional, no qual as diretrizes curriculares são deliberadas coletivamente pelos atores e entidades envolvidas. Além das disciplinas gerais de acesso universal, são ofertados também cursos adicionais de livre escolha dos alunos.

Guimarães e King (2018) apontam outra característica relevante dessa metodologia de ensino integrado, a formação baseada no desenvolvimento de habilidades individuais e sociais do estudante, o qual tem a oportunidade de demonstrar seus talentos e desenvolver o tipo de inteligência que tenha predomínio. Esse tipo de pedagogia é implementado por meio de projetos, de atividades culturais e de problematizações apresentadas pelos professores, considerados mediadores, e que demandam solução conjunta ao estudante, por meio de reflexões que levam à

construção do conhecimento. Além disso, as atividades integradas e culturais valorizam e desenvolvem habilidades interpessoais nos estudantes tais como empatia e a cooperação.

Diante de tantos fatores, pode-se perceber como o sistema de educação da Finlândia valoriza a profissão docente e a formação prática e intelectual do estudante, e, como essa estrutura é reflexo de uma sociedade bem gerida e estável economicamente, baseada em valores fraternos e democráticos de bem-estar social. Contudo, mesmo nesse sistema socialmente coletivo e de poucas desigualdades estruturais, Guimarães e King (2018) relatam que há influências de atores neoliberais que usufruem da qualificação educacional e da especialização técnica dos jovens para atender aos interesses mercadológicos. Portanto, também se verificam aspectos da dualidade estrutural presentes na economia e na educação finlandesa.

3.4 SISTEMA ALEMÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O sistema educacional alemão, também gratuito, é caracterizado pela relevante qualidade da formação e de treinamento vocacional, e se destaca pelo alto nível de preparo dos estudantes para desempenharem uma ocupação profissional. A gestão e financiamento desse sistema ocorre de forma compartilhada entre empresas privadas, governo e sindicatos, desonerando o estado de arcar com todo o custeio e responsabilidade (SOUZA, 2019).

Não se pode negar que essa estrutura beneficia muitos estudantes, que ao saírem do ensino secundário, na maioria das vezes, já são inseridos no mercado de trabalho, mantendo alta a taxa de empregabilidade, contudo o percurso formativo bem definido pela dualidade entre ensino técnico e ensino regular, com a escolha precoce na escola, traz limitações ao impedir a flexibilidade entre um caminho e outro, o que restringe o jovem a um único tipo de formação.

Na Alemanha, enquanto o governo se responsabiliza pelo provimento curricular e gestão do ensino geral nas escolas, as empresas cadastradas para prestarem treinamento prático ficam com o encargo do ensino técnico aos estudantes.

O sistema de educação do país é organizado em 4 níveis: Ensino básico para crianças de 06 a 10 anos; primeiro nível do ensino secundário, cursado pelos estudantes na faixa etária de 10 a 16 anos; segundo nível do secundário, que contempla estudantes dos 16 aos 19 anos e se direciona ao ensino vocacional e dual; e ensino superior, a partir dos 19 anos. O primeiro nível é cursado de forma universal, por todas as crianças do ensino básico, porém, antes de passarem ao primeiro nível do secundário, são avaliadas pelo desempenho de suas habilidades e competências, o que determina em qual tipo de escola o estudante deve ingressar, sendo: *Gymnasium*, *Realschule* e *Hauptschule* (VIOTTI; KOSMISKAS; LACERDA, 2016)

O *Gymnasium* corresponde a formação mais intelectualizada, seleciona os alunos de melhor desempenho da educação básica e os prepara para obtenção de certificado que oportuniza aos estudantes o possível ingresso no ensino universitário, compreendendo ao todo 09 anos de estudo. No caso da formação *Realschule*, são selecionados estudantes de desempenho mediano, os quais cursam por 06 anos disciplinas gerais, língua estrangeira e informática. O certificado desta formação é direcionado para ingresso posterior em instituições profissionalizantes. Por fim, a formação a nível de *Hauptschule* é voltada para os alunos de menor desempenho, e o currículo envolve tanto disciplinas gerais, de forma mais elementar, acrescentada de práticas vocacionais, com duração de 05 anos ao total. Esse nível tem por objetivo a formação tecnicista em atendimento às necessidades do mercado de trabalho. Dessa forma, tanto o *Realschule* quanto o *Hauptschule* são considerados estilo de formação vocacional (VIOTTI; KOSMISKAS; LACERDA, 2016).

Em outra perspectiva, o sistema dual de ensino se caracteriza pela divisão do ensino teórico no âmbito da escola, e do ensino prático diretamente nas empresas profissionalizantes, devendo o estudante buscar uma instituição profissional em que possa ser contratado formalmente, com garantia salarial, sem a necessidade prévia de um certificado específico, e então este será credenciado em uma escola vocacional para receber o ensino teórico. Tal formação dura em média 03 anos e o diploma obtido corresponde a uma qualificação profissional (SOLGA *et al.*, 2015).

O tipo de ensino dual é desenvolvido conforme as necessidades das empresas, por isso não há muita exigência de formação prévia, contudo o estudante fica sujeito às imposições do livre mercado e ao quantitativo de vagas, devendo se adaptar às incertezas, mudanças econômicas e as desigualdades da livre concorrência. Esse sistema evidencia as injustiças sociais e reforça o dualismo educacional, uma vez que o percurso formativo é totalmente desarticulado e os contratos das empresas costumam priorizar os estudantes de maior destaque, ficando os filhos dos trabalhadores mais humildes à margem tanto de uma educação integrada quanto de uma qualificação profissional.

Diante o exposto, percebe-se que todo o sistema educacional alemão, de qualidade incontestável, é constituído por dicotomias formativas, seja para as camadas superiores, que trilham um ensino teórico intelectualizado de acesso universitário, mas desarticulado dos saberes práticos, seja para as demais classes populares, que são preparados para atuar conforme as demandas mercantis, recebendo uma formação tecnicista sem os devidos conhecimentos científicos.

Infere-se ainda que o cidadão alemão é formado com vistas a se adequar à sociedade, ao invés de receber orientação para transformá-la e ajustá-la a sua própria realidade, preservando de tal modo, os interesses de organismos internacionais neoliberais, bem como da estrutura dirigente alemã.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme aponta Souza (2019), cada sistema educacional é reflexo de diversos fatores históricos, econômicos e sociais de seu respectivo Estado-Nação, logo, não cabe mensurar aqui qual tipo de sistema é o mais ideal nem o exemplo a ser seguido, devendo ser preservados os valores identitários e culturais em cada caso. Entretanto, é possível oportunizar debates e reflexões sobre algumas das principais semelhanças e diferenças presentes entre o sistema de educação profissional brasileiro, finlandês e alemão.

É relevante pontuar que o objetivo de uma educação integrada contempla muito mais do que a articulação entre saberes teóricos e práticos, mas propõe a formação do indivíduo baseada na totalidade social, de forma que os jovens construam o conhecimento por meio de todas as dimensões que envolvem a vida em sociedade, sendo o trabalho em seu sentido ontológico, de satisfação das necessidades, além dos saberes científicos e culturais (RAMOS, 2008).

Outrossim, Araújo e Frigotto (2015) argumentam que um projeto pedagógico integrador deve ser constituído também de valores éticos e políticos com foco sempre na formação humana e no desenvolvimento da autonomia crítica, reflexiva e intelectual dos jovens, para que estes tenham capacidade de transformar seu meio social. Os autores fazem crítica às:

[...] perspectivas reducionistas de ensino, que se comprometem em desenvolver algumas atividades humanas em detrimento de outras e que, em geral, reservam aos estudantes de origem trabalhadora o desenvolvimento de capacidades cognitivas básicas e instrumentais em detrimento do desenvolvimento de sua força criativa e de sua autonomia intelectual e política (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015, p. 63).

Nesse sentido, quanto mais integrados os saberes, maior será a compreensão do mundo pelos jovens, e maiores possibilidades de atuação em sociedade estes terão. No entanto, é possível presenciar dualidades educacionais nos três sistemas apresentados, com destaque para o alemão, que oferta um ensino cuja principal característica é a dualidade formativa, e a qual configura-se como uma estrutura engessada e que impossibilita a mudança do percurso inicialmente traçado. Ademais, a estrutura segmentada de ensino alemão proporciona formas desiguais de entrada no mercado de trabalho entre os estudantes (SOLGA *et al.*, 2015).

Pode-se notar semelhança no ensino profissionalizante da iniciativa privada brasileira, fomentado grande parte por recursos públicos e que oferece uma qualificação técnica a fim de preparar jovens para atuação profissional conforme as demandas específicas de setores informais da economia, da indústria e do comércio. Além disso, esse sistema, desarticulado de conteúdo teórico, não é de acesso universalizado, devendo o aprendiz custear uma porcentagem do curso (ARAÚJO, 2008).

No que tange ao ensino integrado público brasileiro, suas instituições ainda recentes, têm por objetivo não somente uma qualificação profissional, mas a formação unitária, dotada de práticas pedagógicas políticas e culturais. No entanto, tal estrutura enfrenta grandes desafios, pois ao contrário do ensino de qualidade e de acesso universal e democrático finlandês, a educação pública brasileira é reflexo de desigualdades econômicas e sociais enraizadas na estrutura constitutiva do país, o que torna inviável práticas educativas adequadas ao ensino integral. De acordo com Frigotto (2011), uma escola integrada deve desenvolver o intelecto, o senso crítico e a criatividade dos jovens, por meio de práticas culturais, artísticas, esportivas, de lazer e de pesquisa científica. Porém não é possível exigir tal educação e infraestrutura em um país em que a educação não é prioridade e onde faltam os suprimentos e serviços básicos de alimentação, saúde e saneamento público (COSTA, 2012).

Por outra perspectiva, o projeto de ensino integrado encontra facilidades de implementação em países desenvolvidos, os quais as desigualdades são minimizadas pela universalização da educação e pelo acesso aos serviços sociais básicos (CIAVATTA, 2005), como é o caso da Finlândia. Naquele país, a educação é vista como primordial e baseada em valores éticos e humanos, o que permite a implantação de diversos projetos culturais e a construção de conhecimentos científicos de forma autônoma e compartilhada entre os estudantes. A educação finlandesa é ancorada no princípio do bem-estar social, e o Estado atua diretamente como mantenedor. A economia política e a educação são interligadas, e uma reflete na outra, à medida que a partir da estabilidade da primeira, a segunda recebe altos investimentos e forma jovens qualificados para atuarem no setor produtivo.

Cumpramos ressaltar que além da qualidade educacional integradora, o governo finlandês provê as condições para evitar a evasão estudantil, como transporte público e hospedagem escolar a quem necessitar (MORAES, 2017). Tal cenário se aproxima em grande parte de um estilo de escola unitária, o que é impensável para a realidade brasileira.

Percebe-se ainda, o que falta no Brasil em relação à educação profissional alemã e finlandesa, além de uma economia fortificada e igualitária, são políticas públicas voltadas para os interesses sociais da maioria da população trabalhadora, e que proporcionem investimento em infraestrutura, valorização docente e condições adequadas de trabalho. Mas não se pode ignorar o fato de que enquanto a educação profissional finlandesa possui um viés mais humanista, baseado no desenvolvimento de competências individuais, o ensino vocacional alemão visa principalmente a empregabilidade do jovem e o atendimento de necessidades econômicas, e, embora o ensino integrado brasileiro pareça distante da realidade daqueles países, sua ideologia é voltada para um

ensino integrado completo e humanizado, faltando-lhe os meios políticos, econômicos e culturais de concretização.

5 CONCLUSÕES

O objetivo deste artigo foi proporcionar reflexões acerca dos sistemas de educação profissional no Brasil e no mundo, respeitando-se as peculiaridades e contextos históricos, culturais e socioeconômicos de cada país. À primeira vista parece descabido propor comparação entre um país tão carente de políticas públicas e de universalização dos direitos sociais, como o Brasil, com países desenvolvidos e que possuem um Estado atuante no bem-estar de sua respectiva nação, como a Finlândia e a Alemanha, mas não podemos deixar de refletir sobre os fatores que desencadeiam o bom desenvolvimento educacional, e quais suas fragilidades enquanto formação integradora e humana.

Sob a perspectiva brasileira, a educação integrada de caráter público é limitada por diversas barreiras, muitas vezes de ordem social, porém mesmo dentro de suas limitações, almeja formar indivíduos conscientes de seu poder de transformação social, e vem buscando, por meios contra-hegemônicos, elevar a qualidade educacional e universalizar o acesso ao ensino completo e emancipador.

Por sua vez, a experiência finlandesa nos apresenta um sistema educacional integrado e maduro, fruto de transformações sociais que priorizam o investimento estatal na formação cidadã e humana, e nos faz refletir sobre a influência econômica e social na estrutura escolar. Um Estado distributivo, que busca manter as equidades sociais, investir em ciência, tecnologia e inovação e possibilitar o acesso do sistema educacional a estas dimensões, são algumas das características relevantes do sistema finlandês. Tais fatores deveriam, no mínimo, sensibilizar agentes públicos brasileiros, demonstrando a interdependência entre economia, educação e sociedade, e a necessidade de um estado combatente das desigualdades sociais.

No tocante ao sistema vocacional e dual alemão, pode-se perceber que mesmo diante de uma economia fortalecida, e de uma educação de acesso universal, há forte presença de dicotomias formativas, as quais explicitam que aqueles que se empenham menos, ou tenham piores condições sociais, estão destinados a exercer uma profissão sem perspectivas intelectuais e direcionadas ao pronto atendimento das necessidades econômicas.

Por fim, nota-se que não há uma fórmula ou manual instrutivo para uma formação integrada, visto que esta depende de outros fatores sociais, mas deve-se ter em mente sua interligação a todo o conjunto socioeconômico, e uma vez possibilitada, esta deve priorizar a autonomia estudantil, para que futuramente os jovens atuem em sociedade conforme as próprias necessidades, e não dependam de políticas assistencialistas, muito menos das incertezas mercadológicas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Dalvaneide de Oliveira. **Conjuntura histórica da fundação do SENAI e educação profissional no Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/4366/1/arquivo3645_1.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2020.d

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas Pedagógicas e Ensino Integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015.

BRASIL. **Decreto** nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 23 de julho de 2004.

BRASIL. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional -LDB**. Brasília, DF, dez. 1996.

BRASIL. [Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008](#). **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Brasília, DF, 29 dez. 2008.

Clavatta, Maria. A formação integrada, a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 15 nov. 2020.

COSTA, Ana Maria Raiol da. **Integração do ensino médio e técnico: Percepções de alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA/Campus Castanhal**. 2012. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

DELGADO, Ignacio Godinho. Variedades de Capitalismo e Política Industrial: O Caso Brasileiro em Perspectiva Comparada. In: **XXI Jornadas de História Econômica**. Asociación Argentina de Historia Económica. Buenos Aires. 2008. Disponível em: <http://xxijhe.fahce.unlp.edu.ar/programa/descargables/delgado.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Ensino médio e educação profissional: A ruptura com o dualismo estrutural. Entrevista. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 1-190, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 10 nov. 2020.

GUIMARÃES, Iza Manuella. Aires. Cotrim.; KING, Janylle Ouverney. Por Dentro do Sistema Educacional Finlandês: Elementos para se Repensar o Ensino Médio Integrado no Brasil. IN: **II Seminário Nacional do Ensino Médio Integrado**. Brasília: Even3, 2018. p. 54-70. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/snemi/55101-por-dentro-do-sistema-educacional-finlandes--elementos-para-se-repensar-o-ensino-medio-integrado-no-brasil/>. Acesso em: 10 out. 2020

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. O Ensino Médio e as comparações internacionais: Brasil, Inglaterra e Finlândia. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 405-429, abr./jun., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00405.pdf>. Acessado em: 18 nov. 2020

PACHECO, Eliezer. Desvendando os Institutos Federais: Identidade e Objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, 4(1), 2020. p. 4–22. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/profept.v4i1.575>. Acessado em: 10 dez. 2020.

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção do ensino médio integrado**. Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará, v. 8, 2008. Disponível em http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 30 nov. 2020.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Coleção formação pedagógica, 1. ed. Curitiba: IFPR, v. 5, 2014. Disponível em: <<https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

SOLGA, Heike; PROTSCH, Paula; EBNER, Christian; BRZINSKY, Fa. O sistema alemão de educação e treinamento vocacional: configuração institucional, pontos fortes e desafios. *in*: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE. **Mapa da educação profissional e tecnológica: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras**. Brasília, DF: 2015. p. 21-62. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/301283324_Introducao>. Acesso em: 10 out. 2020.

SOUZA, Claudia Schiedeck Soares de. **Internacionalizando a Rede Federal de Educação Profissional: Um Estudo Substantivo**. 2019. 179 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2019. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9032>>. Acesso em: 15 out. 2020.

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro; KOSMISKAS, Eduardo Terada; LACERDA, Bruno Alves Nunes. Educação profissional e tecnológica na Alemanha: o sistema dual de ensino. *In*: Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty). **Mundo Afora: Educação Básica e Ensino Médio**. Brasília, DF: 2016. p. 26-45. Disponível em: <<http://www.dc.itamaraty.gov.br/publicacoes/colecao-mundo-afora/Mundo%20Afora%20n11%20v11%20WEB%20single.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2020.